

O apagão no Amapá ilumina velhos problemas brasileiros

Na noite de 3 de novembro de 2020 após uma subestação de energia em Macapá ser afetada por um incêndio provocando o desligamento das linhas de transmissão, deixou treze dos dezesseis municípios do estado do Amapá às escuras. O caso segue sem soluções efetivas até a redação desse texto e jogou luzes sobre problemas graves que assolam o país.

Na iminência do resultado da eleição estadunidense, não só os olhos da grande mídia estavam voltados para os EUA, como também, do governo federal, em especial, do projeto Trump dos trópicos que ocupa a cadeira da presidência no Brasil e, assim, o que poderia e deveria ter se resolvido em poucas horas, ainda se arrasta por dias provocando verdadeiro caos social, sanitário (em meio a pandemia do coronavírus), econômico e político (inclusive no [adiamento pelo Tribunal Superior Eleitoral das eleições municipais na capital Macapá](#), que ocorreria no dia 15 de novembro).

Tal fato expôs as já conhecidas mazelas que a privatização de serviços básicos provoca. Nesse caso, a empresa espanhola Isolux, um grupo multinacional responsável desde 2015 pela linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, interligando Amazonas, Amapá e oeste do Pará à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, não dispunha de um gerador substituto e, sequer, de peças de reposição para realizar a troca do transformador atingido pelo raio. Nesse intermeio, coube a estatal Eletrobras, ameaçada de privatização pelo governo Bolsonaro, auxiliar na resolução do problema.

O outro aspecto exposto pelo ocorrido foi da invisibilização pelo setor midiático tradicional, assim como pelo Estado brasileiro, demonstrada na demorada resposta do governo federal, seja na figura do presidente e também do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, [ao declarar no dia 6 de novembro que em até dez dias o problema seria resolvido](#). Tal situação expõe um cenário de preconceito regional no fato de se naturalizar que um estado de mais de meio milhão de brasileiros fiquem dias sem energia, água, alimentação adequada e todos os serviços básicos prejudicados em meio a maior crise sanitária da história recente. Cenário impensável se o estado em questão não estivesse na região Norte e sim no eixo Sul-Sudeste.

Nesse sentido, a Associação dos Geógrafos Brasileiros manifesta sua solidariedade com a população amapaense, ao tempo que reforça a necessidade de combate a privatização de serviços básicos alimentada por um falso discurso liberal de redução do Estado que, como visto, de um lado socializa os prejuízos e, do outro, garante lucro à multinacionais cujos acionistas e diretores, por vezes, sequer, conhecem a localização e realidade das populações afetadas por seus investimentos.

E nós, no papel de geógrafas e geógrafos, mais do que se indignar com situações como essa, temos o dever de na nossa prática profissional, docente e científica pautar a necessidade de transformação social, iluminando caminhos e práticas que rompam com esse insustentável e nocivo modo de produção capitalista e de todo e qualquer projeto que legitime a exploração, a violência e a exclusão.

Associação dos Geógrafos Brasileiros, 13 de novembro de 2020.